

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.185 - MG (2019/0084616-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : MARIA IMACULADA DE LAIA (PRESO)
ADVOGADO : ALISON SANTANA GALINARI - DEFENSOR DATIVO -
MG102273
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MARIA IMACULADA DE LAIA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n. 1.0000.18.146014-8/000.

Consta dos autos que a recorrente foi presa preventivamente em 26/11/2018 pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos III e IV, do Código Penal (homicídio qualificado).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte Estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO – PRISÃO PREVENTIVA – RELAXAMENTO – INSUFICIÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA – VIA INADEQUADA – REVOGAÇÃO – PRESENÇA DOS ELEMENTOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR – DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DEFENSOR DATIVO – NECESSIDADE. A estreita via do Habeas Corpus não comporta dilação probatória, não podendo ser analisada provas e valorados depoimentos. A decretação da custódia cautelar, independentemente de qualquer providência cautelar anterior, apenas deverá ocorrer em situações absolutamente necessárias, a saber, caso se encontre provada a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, quais sejam, risco à ordem pública, econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar o cumprimento da lei penal, aliada às circunstâncias do art. 313 do CPP. Se o MM. Juiz fundamenta a decisão com as suas razões de decidir se sustentando em dados concretos dos autos demonstrando a necessidade da segregação, não há falar-se em constrangimento ilegal. O defensor dativo tem direito à fixação de honorários advocatícios pela prestação de serviços ao Estado, pois é dever deste prestar assistência jurídica aos necessitados. (fls. 165)

No presente recurso, sustenta a defesa da recorrente que não foi apresentada fundamentação idônea para a manutenção da custódia cautelar, reputando ausentes os requisitos para imposição da segregação antecipada, elencados no art. 312 do CPP.

Ressalta as condições pessoais favoráveis da acusada e a possibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas à hipótese dos autos.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva da recorrente, ainda que mediante aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Liminar indeferida às fls. 197/198.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 204/209).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, observa-se que, em 30/08/2019, nos autos da Ação Penal n. 0540.18.002047-6, foi proferida sentença pronunciando a recorrente como incurso nas penas do art. 121, § 2º, inciso III e IV, do Código Penal, tendo sido mantida a custódia cautelar com base em fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão da preventiva.

In casu, da leitura da sentença de pronúncia, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau manteve a custódia cautelar da ré, agregando fundamentos novos ao decreto prisional, consoante se extrai do seguinte trecho do julgado, *in verbis*:

Convém lembrar, inicialmente, que prisão cautelar é a exceção em nosso ordenamento jurídico, tornando-se imprescindível para a sua decretação e/ou manutenção nesta fase do procedimento, a presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, dentre eles a comprovação da existência do crime e indícios suficientes de sua autoria, não se exigindo, para tanto, prova cabal da prática da conduta delituosa.

Com efeito, conforme se verifica dos fundamentos lançados em linhas acima, há, pelo menos em tese, prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria, tanto que os denunciados foram pronunciados como incurso nas sanções do art. 121,

Superior Tribunal de Justiça

§2º, incisos III e IV, do Código Penal.

Em se tratando de crime com pena privativa de liberdade cominada superior a 4 (quatro) anos, satisfeito o requisito o art. 313, I, do CPP, é de rigor verificar se está presente pelo menos uma das hipóteses do art. 312 do CPP.

Nesse ponto, entendo que não houve alteração do quadro fático que motivou a decretação da prisão preventiva às fls. 107 e 108 dos presentes autos, em relação à ré Maria Imaculada, e fls. 24/25 dos Autos n.º 0540.18.001998-1 (em apenso) em relação ao réu José do Carmo, tendo em vista a garantia da ordem pública.

Pro fim, diante da prolação da decisão de pronúncia, resta superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo (Súmula n.º 21 do STJ).

Assim, a manutenção da prisão dos acusados é medida que se impõe.

Nesse contexto, verifica-se que, diante da alteração do cenário fático-processual, consubstanciada no advento de novo título judicial decorrente da sentença de pronúncia proferida em desfavor da ora recorrente, fica superada a alegação trazida na impetração que ataca os fundamentos na manutenção da prisão preventiva por ocasião do decreto preventivo.

Ademais, conforme sedimentado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os fundamentos acrescidos ao novo título adotado para justificar a custódia cautelar, devem ser submetidos à análise do Tribunal de origem antes de serem aqui apreciados, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

No mesmo sentido é a jurisprudência deste Tribunal:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA. NOVOS FUNDAMENTOS. NOVO TÍTULO. FUNDAMENTOS NÃO ENFRENTADOS NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise

de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

3. Caso em que o Juízo sentenciante, ao negar ao paciente o direito de apelar em liberdade, inovou nos fundamentos para manter a prisão cautelar, referindo-se a supostas práticas delitivas ocorridas posteriormente ao fato praticado nos autos.

4. Conforme precedente desta Quinta Turma, "a superveniência de sentença penal condenatória, na qual se agrega nova motivação para a manutenção da prisão cautelar, torna prejudicada a irresignação quanto ao ponto, isto porque, o novo título prisional contém fundamentos cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário, não cabendo, portanto, a este Superior Tribunal apreciá-la de forma originária, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no RHC 49.413/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 06/11/2014).

5. Habeas corpus não conhecido (HC 345.071/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016).

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO.
TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA
INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA
CONDENATÓRIA. NULIDADE. TESTEMUNHO DE POLICIAIS QUE
ATUARAM COMO PERITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA.
SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA.
CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM
LIBERDADE. NOVOS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CORPORAL.
PREJUDICIALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

VI - O pedido de revogação da prisão preventiva encontra-se prejudicado em virtude da superveniência de novo título prisional ao qual foram agregados novos fundamentos para a manutenção da segregação cautelar do paciente.

Habeas corpus não conhecido (HC 312.886/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 18/05/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator